

Governador começa a reforma administrativa

O governador Joaquim Roriz assinou ontem o decreto que extingue oficialmente a Fundação Cultural do Distrito Federal, que terá parte das suas funções repassadas à Secretaria de Cultura. Com isso, ele dá o primeiro passo para a prometida reforma administrativa na máquina governamental, que deverá extinguir várias fundações com funções sobrepostas às das secretarias. "A área cultural é o início, estamos começando a reforma neste instante", disse o governador, durante a assinatura do decreto, realizado no gabinete da secretaria Luiza Dornas.

A extinção não implicará em redução do quadro da Fundação, que terá seus 468 funcionários, tanto os concursados, quanto os comissionados, remanejados para a secretaria. Mas o governador já admitiu ontem a possibilidade de que novas extinções, em outras áreas, poderão provocar demissões. "A partir das mudanças vamos sentir o que é supérfluo. Pode haver demissões, ou não, mas nosso desejo e vontade é que isso não aconteça", disse Roriz, ao declarar que em agosto pretende promover a extinção da Fundação Educacional e, que no início do próximo ano, o alvo será a área de saúde, com a extinção da Fundação Hospitalar. O governador também afirmou que diversas outras secretarias poderão vir a ter sua estrutura alterada. Mas ressaltou que as mudanças serão

graduais, para não gerar dificuldades administrativas.

Com a extinção da Fundação, que será publicada hoje no Diário Oficial, a secretaria de cultura ganha 13 novos cargos comissionados, mas o custo da folha de pagamento será o mesmo: R\$ 268,734 mil mensais, conforme estabelece a lei aprovada pela Câmara Distrital, que autorizou a reforma, com a condição de que não houvesse aumento de despesas.

Para criar mais cargos, sem demitir, ou onerar a folha, a secretaria optou por reduzir o valor de algumas funções gratificadas pagas a alguns cargos, e redistribui-las entre os novos comissionados. Apesar de manter o número de cargos na atual estrutura, oito funcionários comissionados serão demitidos e substituídos por novos colaboradores.

Apesar de comemorar a extinção, comentando que ela torna a máquina administrativa "mais racional, mais eficiente", até agora, nem o governador, nem a secretária Luiza Dornas, sabem o que, de fato, a medida vai provocar de economia para o governo. "Por enquanto ainda não temos noção dessa economia, em termos numéricos. Mas é claro que vamos ter mais agilidade e uma economia substancial nos serviços como água, luz, gasolina, entre outros. Vamos ganhar em eficiência e atendimento", aposta Luiza Dornas. (D.R)